

Clíticos e negação em português: elementos para uma descrição gramatical

*Pronoun clitics and sentential negation in Portuguese:
some elements for grammar description*

Cristiane Namiuti *

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Carlos Miotto **

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Resumo: No presente artigo, discorremos sobre a negação sentencial e sua relação com os clíticos pronominais em língua portuguesa. Para tanto, revisitamos algumas questões sobre a sintaxe histórica do português com o intuito de mostrar que, nessa língua, o operador de negação – *não* – possui natureza diversa dos outros advérbios, mesmo dos negativos, pois, diferentemente dos demais itens adverbiais, nada, a não ser um pronome clítico, aparece interrompendo a adjacência entre o operador de negação – *não* – e o verbo. Tal característica do operador de negação sentencial, em português, é bastante antiga, remonta ao português antigo e perdura nas variantes atuais do português na Europa e na América. Entre outros fatos, a capacidade de licenciar elipse na oração coordenada e a relação da negação sentencial com os clíticos pronominais e com indefinidos negativos compõem alguns dos argumentos para defender uma hipótese em favor da estrutura em que um núcleo funcional com conteúdos polares (negação e afirmação) domina as categorias flexionais do verbo. Para explicar as diferenças sintáticas percebidas na relação entre a negação e o clítico

* Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; cristianenamiuti@gmail.com.

** Professor Visitante da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e Professor do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; miotocarlos@gmail.com.

no tempo e no espaço da língua, argumentamos que estas estão relacionadas à natureza da posição pré-verbal e às diferentes possibilidades de alçamento do pronome clítico na história do português. Seguindo a argumentação, consideramos que as diferenças entre Português Europeu (PE) e Português Brasileiro (PB) atuais podem estar associadas a um pronome clítico ao verbo lexical, em PB, e não a um núcleo funcional da flexão verbal, como parece ser o caso em PE.

Palavras-chave: Clíticos. Negação. Língua portuguesa. Gramática gerativa.

Abstract: In this paper we intend to discuss about the relation between pronoun clitics and sentential negation (NEG) in Portuguese. Wherefore we resume some issues about the Portuguese syntax history trying to find clues that help us understand the nature of the Portuguese NEG-operator (the word *não*) and the syntactic changes that affected clitic placement over time and in the language migration from the European to the American space. We are going to show that *não* has a different nature as compared to others adverbs, even other negatives, because, unlike other adverbs, nothing except a clitic pronoun appears breaking the contiguity between *não* and the *verb*, from the old to the current Portuguese variants in Europe and America. Among other facts, the ability to license ellipses in coordinated clause and the relationship between *não* and clitics, amongst *não* and the undefined negative words, form some of the arguments to defend a hypothesis in favor of the structure where a functional head with polar traces (negation and affirmation) dominates the inflectional categories of the verb. As regards the syntactic differences noticed in NEG and clitic relationship over time and space, we argue that these are related to the nature of the preverbal position and to the different possibilities of clitic climbing in the history of Portuguese. As regards the difference between European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP), we argue that the clitic in BP is associated with the lexical verb, not with a functional head of verbal inflection, as seems to be the case in EP.

Keyword: Clitics. Negation. Portuguese. Generative grammar.

1 INTRODUÇÃO

No quadro teórico da gramática gerativa, o operador de negação sentencial tem sido objeto de suma importância para a reflexão gramatical, sobretudo para a definição dos núcleos funcionais e sua ordenação na estrutura da sentença. Trabalhos como os de Pollock (1989), Iatridou (1990), Chomsky (1989), Laka (1990), Belletti (1990), Ouhalla (1990), Zanuttini (1991), foram pioneiros nessa questão. Em suas propostas uma sentença negativa é definida por meio de uma categoria funcional plena NegP que deve ter seu núcleo ou seu Spec preenchido por uma palavra negativa apropriada. O lugar em que esta categoria se encontra na estrutura da frase é bastante discutido na literatura sobre o assunto.

A colocação dos clíticos pronominais é também um fator importante e bastante estudado no quadro gerativista, em especial para a compreensão das *gramáticas do português*.

Contudo, os trabalhos que investigam a colocação de clíticos em português não costumam considerar as sentenças negativas um contexto interessante para se estudar, por exemplo, a mudança gramatical. Nas descrições e análises encontradas na literatura a palavra não, assim como os operadores adverbiais e subordinativos, é considerada um desencadeador de próclise obrigatória (Martins, 1994). Deste modo, como os advérbios, que sempre provocaram a próclise, a negação foi deixada em segundo plano nos estudos da colocação pronominal que envolvem mudança gramatical.

Alimentando essas e outras discussões, nossa homenageada, professora *Charlotte Marie Chambelland Galves*, orientou duas teses que tinham como objeto de investigação a negação, ou, centralmente, para entender o estatuto desse operador na sintaxe do Português Brasileiro (Miotto, 1992), ou, periféricamente, para buscar compreender a sintaxe dos clíticos e a mudança gramatical, vista através do fenômeno da interpolação de constituintes entre ‘clítico’ e ‘verbo’, na diacronia do português (Namiuti, 2008).

Este artigo será dedicado à negação e sua relação com os clíticos pronominais. Nele retomaremos algumas questões sobre a sintaxe histórica do português para seguir na busca de fatores que nos ajudarão a entender o operador de negação sentencial no português e as mudanças sintáticas que afetaram a colocação pronominal átona na sua história. Começaremos pela colocação dos pronomes, minuciosamente tratada em outros artigos deste volume em homenagem à professora *Charlotte*, por ser o lugar que nos trará valiosas pistas para o estatuto da negação, e, também, por ser *a menina dos olhos* de nossa ilustre homenageada.

2 OS CLÍTICOS PRONOMINAIS

Como têm demonstrado diversos trabalhos¹, no português antigo (doravante PA) e no português clássico (doravante PC), em contextos que chamaremos de marcados, a posição dos clíticos é fixa, antes ou depois do verbo. Os contextos marcados que desencadeiam a próclise obrigatória são aqueles providos de operadores proclisadores². Já o contexto marcado que desencadeia a ênclise obrigatória na diacronia do português é o que tem o verbo em primeiro lugar (Tobler-Mussafia³ e Wackernagel⁴). Em todos os outros contextos a ênclise e a próclise estão em variação. Nesses ambientes de variação, seja em próclise ou em ênclise, o clítico se apresenta geralmente adjacente ao verbo, sendo a ênclise majoritária nos séculos XIII e XIV (PA) e a próclise predominante nos séculos XVI e XVII (PC).

- (1) O espírito é como vento, com o mesmo com que uns vão para cima, vão outros para baixo; *eu acho-me* bem em caminhos chãos, ainda que me seja preciso vadear serras e meter debaixo dos pés os montes (CTB⁵: Chagas, 1631) (cf. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006:09).
- (2) *Ele me disse* que pasmava como lhe abastava o que tinha (CTB: Sousa, 1554) (cf. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006:09).

Em orações subordinadas finitas e em orações principais introduzidas por operadores proclisadores (ambientes categóricos de próclise), os clíticos são sempre pré-verbais no português dos séculos XIII a XVI. No entanto, também nestas configurações a posição do clítico apresenta-se variável nos textos, havendo variação entre a adjacência *clítico-verbo* e a *interpolação*.

1 Citamos aqui algumas referências importantes que se ocupam do assunto no quadro teórico gerativista: Galves (1992, 2001, 2002), Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), Galves e Paixão de Sousa (2005), Paixão de Sousa (2004), Martins (1994, 2003), Ribeiro (1995), Torres Moraes (1995).

2 Elementos que são considerados atratores do clítico: certos advérbios como *já, ainda, também*, sintagmas focalizados ou elementos interrogativos e a própria negação sentencial *não*.

3 No século XIX, dois estudiosos da linguística e da filologia, o suíço Adolf Tobler e o italiano Adolfo Mussafia, observaram que os clíticos pronominais de algumas línguas românicas jamais apareciam em primeira posição. Desde então, a restrição do clítico à primeira posição ficou conhecida como lei de Tobler & Mussafia.

4 Jacob Wackernagel, filologista suíço do século XIX, foi o primeiro a descrever em detalhes o fenómeno do clítico em segunda posição das línguas Indo-européias. As línguas que exibem esta segunda posição especial para clíticos são conhecidas na literatura como seguidoras da lei de Wackernagel.

5 Corpus Tycho Brahe: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>

- (3) (...) *que lhe êle logo mandou* em navios (...) (CTB: Couto, 1542)⁶
- (4) (...) *porque logo lhes vem descer* os ninhos de cima das árvores, e (...) (CTB: Couto, 1542)⁷

De acordo com Martins (1994), os contextos em que a interpolação era possível no PA eram os de próclise categórica. Porém, o operador de negação sentencial *não*, apesar de sempre ter condicionado a próclise verbal, jamais foi capaz de desencadear a interpolação de outros constituintes entre o clítico e o verbo. Ou seja, a ordem “*neg-clítico-X-verbo*” nunca foi atestada. A posição dos clíticos em orações principais negativas sem a presença de um outro operador proclisador é sempre pré-verbal e necessariamente adjacente ao verbo desde o PA. Como comenta Martins (1994, p. 190): “*o advérbio de negação não, embora desencadeie próclise, não se encontra entre os elementos capazes de criar um contexto de potencial interpolação.*”

Neste sentido não é diferente dos demais advérbios proclisadores, pois estes, além de poderem acorrer interpolados (exemplos (5) e (6)), podiam condicionar a interpolação de outros constituintes entre o clítico e o verbo. A ordem “*advérbio-cl-X-V*” (exemplos (7) e (8)) era possível no PA, enquanto que “**NEG-cl-X-V*” (exemplo (9)) nunca foi atestada.

- (5) Com sua chegada correram recados antre êle, e ElRei de Xirás, *com quem se logo concertou*, (...) (CTB: Couto, 1542) (Namiuti, 2008, p. 91)
- (6) As imagens inveseíveis, posto *que as nunca vejam*, muitas vezes as devemos de buscar e querer ver com a vertude da pintura, (...) (CTB: Holanda, 1517) (Namiuti, 2008, p. 91)
- (7) Se ella servisse em o tempo da guerra, *logo a eu desejaria*. (CTB: Holanda, 1517) (Namiuti, 2008, p. 105)
- (8) E os bons poetas a cousa por que se mais cansam e que têm por mór fineza é com palavras (porventura demasiadas e longas) vos mostrar como pintada uma tormenta do mar, ou um incendio de uma cidade, que se elles podessem, antes o pintariam; a qual tormenta quando acabaes com trabalho de lêr, *já vos o começo esquece*, e

6 Exemplo extraído do corpus Tycho Brahe, com a ferramenta Corpus Search, para o presente trabalho.

7 Idem nota de rodapé n. 6.

sómente tendes presente o curto verso em que leuaes os olhos. (CTB: Holanda, 1517) (Namiuti, 2008, p. 105).

- (9) *E *não me assi enganareis* (estrutura jamais encontrada nos textos históricos) (Namiuti, 2008, p. 158).

É importante ressaltar que mesmo advérbios negativos, como *nunca* e *jamais*, possuem características distintas do operador de negação sentencial *não*. A primeira delas é o fato de um constituinte que *não* é clítico poder intervir entre este advérbio e o verbo, como nos exemplos a seguir:

- (10) – Se vós pudésseis ajuntar os vossos anos aos meus – disse incontinentemente Natan – faríeis o que **jamais** pessoa alguma **pôde fazer**, porque me faríeis receber de vós alguma coisa, que é o que até agora ninguém fez. (CTB: Cavaleiro de Oliveira, 1702).⁸
- (11) E assi como do que stava quedo fezerão prematuca que **nunca** o mais **movessem**, assi a fezerão do que se movia ou andava, ou corria, ou pelejava; porque nunca maes stevessem quedos. (CTB: Holanda, 1517) (Namiuti, 2008, p. 78)
- (12) vindo a concluir para que **jamais se não fale** em tal, que recorra Vossa Ilustríssima Reverendíssima, querendo, à Sé Apostólica; (CTB: Gusmão, 1695).⁹

Em (10), *jamais* está separado do complexo verbal pelo sintagma nominal *pessoa alguma*. Em (11), *nunca* está separado do verbo pelo advérbio *mais*, além do clítico *o* numa estrutura de interpolação de *mais* entre o clítico e o verbo. Em (12), *jamais* está separado do verbo pelo clítico e pelo operador de negação *não*.

Um segundo fator que contribui para acentuar esta diferença entre *não* e os advérbios está no fato de que, além de *não* contextualizar a interpolação de outros constituintes, o operador de negação sentencial *não* é o elemento que mais aparece interpolado entre o *clítico* e o *verbo* na história gramatical do português.

Como nos textos mais antigos a interpolação do *não* chega a quase 100% nas orações encaixadas (cf. Martins, 1994), interpretamos que tal fato revela uma estreita relação entre o *não* e o verbo. Nenhum outro elemento, quer seja o advérbio ou o sujeito, foi tão categoricamente interpolado no PA. No entanto, a variação *cl-neg-V - neg-cl-V* sempre ocorreu nos textos. Namiuti (2008) buscou

8 Idem nota de rodapé n. 6..

9 Idem nota de rodapé n. 6.

entender esta variação e a mudança para a preferência de *neg-cl-V*¹⁰ no português europeu moderno (doravante PE) e concluiu que a variação na ordem linear está relacionada a dois fatores. O primeiro é o caráter peculiar do *não*, compreendido como uma espécie de clítico desde o nascimento do português. O segundo são as propriedades das estruturas que subjazem às gramáticas das fases históricas da língua, como as propriedades que se referem ao estatuto do sujeito pré-verbal e ao núcleo funcional que verbo e clítico, ao se moverem, podem alcançar em cada período da história da língua.

Vimos que, de acordo com Martins (1994), o fenômeno da interpolação entre o clítico e o verbo, comum no PA, só ocorre nos domínios de próclise categórica e que, apesar de ter sido sempre um elemento proclisador, o *não* jamais foi capaz de desencadear a interpolação de um constituinte entre o clítico e o verbo, como faziam os demais advérbios proclisadores. Mas, como salientou Namiuti (2008), diferentemente da interpolação de outros constituintes, a interpolação do *não* entre o clítico e o verbo passa a ocorrer em contextos não-categóricos de próclise nos textos representativos do PC: em orações não dependentes sem proclisadores¹¹, inclusive com clítico em primeira posição, como vemos em (13); e em infinitivas introduzidas ou não por preposição explícita, como vemos em (14) e (15):

(13) E, chegando a alguma que com menos apêrto faça sua relação, *me não pareceu enjeitar* a que Marcelo escreveu ao Senado Romano, dando-lhe novas da derrota de Fúlvio, que dizia: Bem sei que a nova, que vos mando, é de sentimento. (CTB: Lobo, 1574) (Namiuti, 2008, p. 159)

(14) Aqui estou na maior confusão em que me vi jámais, e sem alguma esperança de sair dela: depois de ver borrados os rumos e os caminhos, *ou os não ver*. (CTB: Melo, 1608) (Namiuti, 2008, p. 133)

(15) E sintido do mal, que o fizera com ele a infirmitade *em o não enterrar*, (CTB: Sousa, 1556) (Namiuti, 2008, p. 131)

10 Apesar da interpolação da negação ser possível no PE *standard* de hoje (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003: 866-867), não é comum, nem tão frequente, sobretudo na região de Lisboa. Já variantes regionais do português europeu usam com mais frequência uma estrutura de interpolação, provavelmente diferente da antiga, para esta interpolação remetemos o leitor ao trabalho de Magro (2007).

11 Orações raízes introduzidas por elementos que não são operadores proclisadores, como sujeito, sintagmas preposicionados, orações antepostas, conjunção coordenativa *e*, *mas* e *ou*. Ou seja, elementos que constituem contextos de variação *ênclise vs. próclise* nos domínios afirmativos, nos textos antigos e clássicos.

Um outro fato que mostra a estreita relação entre o clítico, o *não* e o verbo, e que também comprova a diferença entre o *não* e os demais advérbios para efeitos de interpolação, é que nenhum outro elemento, a não ser um clítico, pode se colocar entre o *não* e o verbo, nem mesmo os pronomes deficientes locativos – *hy* e *en(de)* – (*pronomes fracos*, na terminologia de Cardinaletti e Starke, 1999). Apesar de estes pronomes terem normalmente colocação pré-verbal nos contextos marcados de próclise, inclusive nas orações raízes introduzidas por advérbios proclisadores (exemplo (16)), o *não* não influencia a colocação dos pronomes fracos *hy* e *en(de)* podendo estes ocorrer em posição pós-verbal ou pré-verbal (mas nunca entre a negação e o verbo) como podemos constatar nos exemplos (17), (18), (19) e (20), retirados de Muidine (2000).

(16) *E logo hy pareço* Rodrige alvarez pescador morador na dicta cidade (Lx, 1483, p. 536)” (Muidine, 2000:28)

(17) *n-e fizerô ende* n-uqa áá Séé do portu treuudo nh-enhúúm” (NO, 1285, p. 43)” (Muidine 2000:26)

(18) e por dizimas *que hy nõ pagei* compridamente como deura (NO 1317, p. 179)” (Muidine 2000, p. 58)

(19) Que n-eh-uu cavalejro n-e outro hom-e nõ aia maladia en coutos dos Moesteiros n-e das Ejgreias. *se hi nõ ouuerem* Quintáá ou herdade dauo-ega (NO, séc. XII -XIV, p. 156) (Muidine, 2000, p. 58)

(20) E dem e pagem de fforo E penssom da dicta vinha E da dicta cassa E do dicto oliuall sseicentos E quarenta Reaes brancos E quatro galinhas Em cada h-uu ano ssaluo deste primeiro ano que nõm pagarom mais de duz-etos Reaes E h-uu par de galinhas porquanto *hji nõ há noujdade* no dicto oliuall ffazendo lhe pagam-eto de todo (Lx, 1466, p. 517) (Muidine, 2000, p. 59)

Esta estável inseparabilidade do *não* e do verbo em toda a história do português é no mínimo curiosa.

Nas variantes atuais do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), o *não* que nega a sentença continua a ocorrer adjacente ao verbo, podendo esta adjacência ser interrompida somente por clíticos pronominais. No entanto, Kanthack (2002), entre outros, aponta diferenças entre PE e PB no que diz respeito à relação com os clíticos pronominais percebida claramente em construções com predicado complexo, segundo a autora, em construções com *verbo auxiliar*

+ *verbo lexical* não há alçamento do clítico para o verbo auxiliar em PB, construção preferida no PE e também no PC, sobretudo quando está presente a negação junto do verbo auxiliar.

- (21) a. Ela *vai-me* visitar. (PE)
 b. Ela *tem-me* ajudado. (PE)
 c. Ele *não te vai* ajudar. (PE)
 d. Ela *não me está* respeitando. (PE)

- (22) a. Ela vai *me visitar*. (PB)
 b. Ela tem *me ajudado*. (PB)
 c. Ele não vai *te ajudar*. (PB)
 d. Ela não está *me respeitando*. (PB)

Tendo em vista a história da língua nos dois continentes e as mudanças sofridas nas gramáticas, uma explicação que parece plausível é que o clítico em PB está associado ao verbo lexical e não a Infl, como parece ser o caso do PE, o que explicaria inclusive a próclise verbal em primeira posição absoluta em PB.

A seção que se segue será destinada a trazer resumidamente as questões em torno da negação.

3 A NEGAÇÃO SENTENCIAL

Os estudos sobre a negação sentencial estiveram especialmente na pauta da teoria Gerativa no final da década de 80 e início dos anos 90 (Pollock 1989, Iatridou 1990, Chomsky 1989, Laka 1990, Belletti 1990, Ouhalla 1990, Zanuttini 1991, Miotto (1992), entre muitos outros trabalhos). As propostas da época admitem que existe uma categoria NegP e que IP corresponde, na verdade, a pelo menos *duas* categorias funcionais, AgrP e TP, respectivamente concordância e tempo. A relação de dominância entre estas categorias varia a depender da análise.¹²

12 Pollock (1989), por exemplo, propõe, no quadro teórico de Regência e Ligação, que a DS (*Deep Structure*) da oração negativa é a que tem NEGP intercalado entre TP e AgrP (na análise de Pollock TP domina AgrP). Os passos básicos para que esta DS resulte na SS (*Superficial Structure*) de cada uma das línguas são derivados da *Teoria de Quantificação* e da *Teoria Temática (q)*. Alguns autores apontam que as análises em que NegP não está acima de INFL não dão conta de derivar alguns fenômenos sintáticos envolvendo o marcador de negação sentencial, como o licenciamento de IP nulo em algumas línguas (cf. Laka, 1990 e Miotto (1992)).

Mioto (1992), seguindo Belletti (1990), onde a ordem dos núcleos flexionais é a que AgrP domina TP, considera as três posições possíveis para NEGP no Português Brasileiro (PB):

- (23) a. CP [NEGP] [AgrP] [TP] [VP]
 b. CP [AgrP] [NEGP] [TP] [VP]
 c. CP [AgrP] [TP] [NEGP] [VP]

De acordo com Mioto (1992), a estrutura que melhor descreve o comportamento da negação em PB é aquela em que NegP domina os núcleos INFL (Agr e T). O autor argumenta que NegP é uma categoria do tipo [+I] por estar estreitamente relacionada com IP (AgrP e TP) e cumprir o papel de reverter o valor de verdade de uma sentença afirmativa.

NegP é gerado dominando as outras categorias flexionais que podem ser reduzidas a IP. Para o autor, o fato de a negação sentencial fazer parte de um complexo indissolúvel *não+clítico+verbo* é o resultado do movimento obrigatório dos núcleos inferiores para Neg^o. A estrutura sintática proposta, portanto, é aquela em que NEGP domina IP, como a apresentado em (23a) acima.

No entanto, a derivação da sentença negativa proposta por Mioto (1992) acarretava uma complicação para o modelo teórico vigente, pois o caso nominativo deveria ser atribuído por I^o ao Spec de IP, pelo processo de concordância Spec – núcleo. Na análise de Mioto, o sujeito ocupa a posição de Spec de NegP nas orações negativas. E para resolver a questão da atribuição do caso nominativo, o autor abre a possibilidade de NegP ter disponível uma posição A¹³ de Spec. Assumir que NegP é uma categoria de tipo +I torna plausível, segundo o autor, que esta categoria possa ter uma posição A para a atribuição do caso nominativo¹⁴.

Os principais argumentos trazidos por Mioto (1992) em favor da estrutura em que NegP domina IP, e não outra, giram em torno de fatos como a capacidade de licenciar um IP nulo na oração coordenada, que algumas línguas (como o

13 Uma posição A é marcada por pelo menos uma função gramatical; posição A é o termo utilizado na teoria X' para a posição argumental; e uma posição A' não apresenta função gramatical, posição A' é o termo utilizado para a posição não argumental.

14 *“Além das questões relativas à posição em que os advérbios podem ser gerados, a hipótese menos usual a ser avaliada é a estruturação em que se joga com dois especificadores de NegP, um A outro A'. A priori, a Teoria X' prevê um único Spec para cada categoria, no caso o Spec A' para NEGP. Mas a partir da necessidade de atribuir caso nominativo ao sujeito em configuração de Spec núcleo, postula-se um outro Spec A, resultado de Neg^o ter se tornado um núcleo híbrido Neg^o/I^o após alojar I. Apoio para este passo é buscado em Rizzi & Roberts (1989)”* (Mioto, 1992, p. 5)

português, também o basco e o espanhol, de acordo com Laka, 1990) possuem. Miotto (1992) traz exemplos de casos de elipses de IP¹⁵ em orações negativas:

(24) O Pedro agrediu o João, mas **o Paulo não**. (Miotto, 1992, p. 83)

(25) O Pedro não agrediu o João, e **o Paulo também não**. (Miotto, 1992, p. 83)

Assim, se NegP estiver intercalado entre os núdulos de INFL, ele não poderá reger um IP vazio. É importante lembrarmos aqui que a elipse deve ser licenciada por uma categoria funcional (cf. Lobeck 1995, entre outros), o que sugere um caráter funcional para a negação.

Além disso, a estrutura em que NEGP domina IP é a única que faculta captar a duplicidade da natureza de *não*, o fato de ora se comportar como um clítico, estando dependente foneticamente do verbo, ora como uma palavra independente, como no exemplo (26) abaixo:

(26) O Pedro agrediu o João, *mas não o Paulo*.

Segundo Miotto (1992), se NEGP domina IP, tanto o seu estatuto clítico, mediante a incorporação em NEG° dos núcleos inferiores, quanto o seu estatuto de elemento que não é clítico, mediante a elipse do conjunto por ele antecedido, podem ser diretamente derivados.

Uma terceira vantagem envolve a posição pré-verbal dos advérbios negativos. Para uma língua como o PB, por exemplo, em que o verbo sobe para I°, de acordo com Miotto (1992), a estruturação que tem IP como categoria funcional mais alta encontra sérias dificuldades para explicar a posição daqueles advérbios.

(27) O João *nunca* chora.

Desta forma, a estrutura que melhor dá conta da sintaxe nos domínios negativos no PB é aquela em que NEGP domina as categorias funcionais de IP. Porém, ao assumir essa proposta, naturalmente temos como consequência

15 Matos (1994) argumenta que nas línguas românicas não se atesta a Elipse de VP como no inglês. Ou seja, não há elipse licenciada por INFL. A ideia é que o que existe é elipse ou apagamento de TP, portanto não será INFL o licenciador da elipse – fenômeno designado de *stripping* (despojamento). Segundo Hankamer and Sag (1976, p. 409) *stripping* é a regra que apaga em uma sentença tudo que é idêntico a partes correspondentes na sentença precedente (*the correlate*), exceto um constituinte (*the remnant*).

uma assimetria na derivação sintática das sentenças negativas e afirmativas, não havendo paralelismo estrutural, por exemplo, quanto à posição do sujeito, pois no primeiro caso ele ocuparia Spec de NegP no segundo, simplificando a flexão verbal, o Spec de IP.

O trabalho de Namiuti (2008) argumenta que esta assimetria pode ser resolvida em análises como a de Martins (1994, 2000). Martins (1994), inspirada em Laka (1990), propõe uma categoria funcional acima de IP, responsável pelas operações tanto de negação quanto de afirmação. Em sua proposta, Neg^o seria o núcleo desta categoria na sua instanciação negativa, sendo o marcador afirmativo nulo; o verbo seria atraído para este núcleo para checagem de traços. Isto resultaria na ocupação do Spec desta categoria pelo sujeito tanto nas orações negativas quanto nas afirmativas.

Portanto, Martins (1994) também considera que a estrutura que melhor dá conta da sintaxe das línguas naturais, trabalhando sobretudo com o português europeu e o espanhol, é aquela em que a negação está em um domínio acima de IP. Ela traz as observações de Laka (1990) para o inglês e para o basco, e de Chomsky (1957) para o inglês, de que existe um paralelismo entre construções negativas e construções afirmativas enfáticas. Em inglês tanto a negação quanto a afirmação enfática implicam a presença do auxiliar *do*.

(28) a. Mary *didn't* leave

b. Mary *did* leave [enfático, acento de intensidade sobre did]

Dada a similaridade de processos sintáticos envolvidos na negação e na afirmação enfática, Laka (1990) propõe que ambas são instanciações de uma categoria funcional Σ ("Speech Act").

Martins (1994) assume que Σ P faz parte da estrutura da frase e estaria presente não só nas afirmativas enfáticas, mas em todas as frases afirmativas, e não só no inglês, mas seria parte da estrutura abstrata da sentença das línguas humanas. A ideia é que tal como uma proposição negativa implica uma operação realizada por um marcador negativo, uma proposição afirmativa implicaria igualmente uma operação realizada por um operador afirmativo frequentemente nulo, mas que pode, algumas vezes, ter realização lexical. Assim, Σ^o seria o núcleo de polaridade situado acima dos nódulos **INFL** e presente em todas as orações, ora instanciado como afirmação, ora como negação, ora como foco.

A pergunta que surge a partir da admissão de que existe uma categoria acima de IP que responde pela negação (ou pela afirmação, mas isso não interessa no momento) sentencial é se o *não* do português é o núcleo ou o especificador desta categoria. A resposta, de acordo com o debate da época, tem o *não* como o núcleo

do sintagma negativo, sendo o único item lexical com a função específica de negar (de reverter o valor de verdade de uma sentença). Não encaramos os outros itens negativos como candidatos a núcleo do sintagma porque, embora se possa admitir que embutem a negação se ocorrem em posição pré-verbal, eles realizam uma operação a mais além da de negar. Por exemplo, além de negar, o *nunca* pré-verbal estende a negação por todo o tempo.

O fato de o *não* ser um núcleo, ao contrário de *nunca*, parece estar espelhado no português atual e nas várias fases históricas do português. No português atual, para dizer o mínimo, se responde pela negação sentencial, o *não* não se desvencilha do verbo e interage com outros núcleos, como os clíticos, permitindo que apenas eles o separem do verbo, como vemos em (29):

- (29) a. O trabalho *não me assusta*.
 b. **Não o trabalho me assusta*.
 c. O trabalho *nunca me assustou*.
 d. *Nunca o trabalho me assustou*.

Outra evidência para a hipótese de *não* ser o núcleo da categoria funcional e *nunca* uma projeção máxima de natureza adverbial associada à categoria funcional é encontrada na história do português: a interpolação é permitida com o *nunca* antecedendo a sequência *clítico-X-verbo*, mas não se tem registro de interpolação com o *não* antecedendo a sequência com interpolação de constituintes entre o clítico e o verbo, como vemos em (30), fato já apresentado na seção 2 e que evidencia a estreita relação da negação com o complexo verbal no passado:

- (30) a. E assi como do que stava quedo fezerão prematica *que nunca o mais movessem*, assi a fezerão do que se movia ou andava, ou corria, ou pelejava; porque nunca maes stevessem quedos. (CTB: Holanda, 1517) (Namiuti, 2008, p. 78)
 b. *..... *que não o mais movessem*....

Na seção que se segue veremos alguns detalhes da relação entre os *pronomes clíticos* e o *não* na diacronia da língua.

4 CLÍTICOS E NEGAÇÃO

As soluções para dar conta da particular sintaxe dos clíticos nos domínios negativos giram em torno de se postular *duas* entradas lexicais diacrônicas para o *não*: um morfema ou clítico verbal (a forma mais antiga e que estaria nas construções com a ordem *cl-neg-V*) e um advérbio independente (forma inovadora em relação

à antiga). De acordo com Martins (1994), estas duas formas teriam convivido no português em uma prolongada diglossia (desde o século XIII): o português europeu moderno (PE) teria a segunda forma enquanto que a primeira teria desaparecido da língua atual uma vez que a autora considera que a ordem *cl-neg-V* é obsoleta no PE padrão¹⁶.

A hipótese que Martins (1994; 1997) configura é que, por um lado, as gramáticas que admitem a interpolação da negação entre o pronome clítico e o verbo exibem um padrão clítico para o *não*, uma forma fraca da negação (“morfema projetado do léxico” associado ao verbo). Por outro lado, as gramáticas que não admitem a interpolação de *não* têm a negação como um núcleo independente (gerado em Σ -Neg^o) e a próclise é sempre derivada. Como a interpolação de *não* é quase categórica nos textos mais antigos, Martins conclui que a gramática com a forma fraca da negação, que exhibe um comportamento clítico, é a mais antiga. A gramática inovadora teria resultado da reanálise do morfema *não* como núcleo lexical de Σ -Neg^o.

A estrutura amalgamada da interpolação da negação no PA pode sugerir um *não* prefixo. No entanto, não consideramos esta possibilidade, pois a proposta de que o *não* é um prefixo verbal esbarra numa dificuldade importante que o distancia desta categoria: se se comportasse como um prefixo, o *não* estaria desabilitado a licenciar a concordância negativa/os itens de polaridade negativa nos domínios pós-verbais. De fato, um prefixo negativo é inativo para licenciar uma palavra negativa no seu domínio de *c*-comando, como vemos com o *des-*:

- (31) a. *João é *desleal* com *ninguém*.
 b. João *não* é leal com *ninguém*.

Uma vez que não é esse o comportamento do *não*, como mostra o exemplo (31) b e os exemplos (32), (33), (34), (35) e (36), de outras épocas, a hipótese de que se trata de um afixo é seriamente enfraquecida.

16 Os estudos atuais voltam a propor uma entrada lexical *clítica* para a negação: 1) por constatarem a sobrevivência da interpolação de ‘nãõ’ no português contemporâneo (ex: *O João pediu que **lhe não** acordasse.*); 2) por causa da sua obrigatoriedade de acompanhar o movimento do verbo para C^o (ex: *O que não tem o João lido às crianças?* vs **O que tem o João **não** lido às crianças?*); 3) pelo fato de só os pronomes clíticos poderem se interpor entre ‘nãõ’ e ‘verbo’ (Ex: **O João **não** já lê esses livros.*). (Brito, Duarte e Matos, 2003: 866-867). Acrescentamos, ainda, o fato de a negação acompanhar o auxiliar infinitivo nas construções *aux-to-Comp* (ex: *Ele acredita **não ter** o João lido o livro*).

- (32) a. qualquer cousa, que procure, o anima, e desfalece, *se lhe não falta nada*. (CTB: Aires, 1705)
- b. *não presume de si nada* quem não tem vaidade, por isso é tímido. (CTB: Aires, 1705)
- c. Porém, como o autor continua esta obra até o reinado de El-Rei Dom Afonso VI, procurarei que *lhe não esqueça nada* do que pertence à casa de Vossa Eminênciaem que também não presumo que o meu serviço seja necessário para fazer conhecer umas acções que por grandes e por maravilhosas as tem a memória vinculadas a tôda a posteridade. (CTB: Brochado, 1651)
- f. apesar de a sua avançada idade, *não me pareceu nada cansado de a viagem*. (CTB: Alorna, 1802).
- h. Para o efeito do Concílio não se podia escolher lugar mais a propósito, porquefica como em centro com Itália e Alemanha e não longe de França, e, perasegurança daqueles que, com capa de medo de jurdições poderosas coravam o pouco gosto que tinham de se acharem nesta santa junta, tinha por si *não ser sojeito a nenhum rei* nem outro potentado temeroso. (CTB: Sousa, 1556).

Além da concordância entre o operador de negação *não* e o indefinido pós-verbal, apresentada em (32), nos Romances antigos também se atesta a ‘concordância negativa’ com *indefinidos negativos* pré-verbais, como mostra Martins (2000):

- (33) *que nenh-uu nõ scapou* (Crônica Geral de Espanha de 1344.)” (cf. Cintra, ed. 1954, p. 107, apud Martins, 2000, p. 216, apêndice).

De acordo com Martins (2000, p. 195), os indefinidos negativos não eram inerentemente negativos, por isso precisavam co-ocorrer com o operador de negação *não* para terem valor negativo. Segundo a autora, era frequente o uso de indefinidos negativos em contextos não negativos. Estes contextos eram não-assertivos (não afirmativos) ou modais (questões, imperativos, condicionais, comparativos, o escopo do verbo modal, o escopo de expressões de proibição, construções genéricas e orações subjuntivas introduzidas por conectivos temporais como *antes que*).

- (34) E por decreto publico foi defeso *que ninguém navegasse*. (Cf. Ali 1931, p. 199, apud Martins 2000, p. 196)
[‘e por um decreto público foi proibido que alguém navegasse’]

Em estágio mais tardio (de acordo com Martins século XV no português) o marcador negativo passou a ser opcional:

- (35) *Nenb-uu nom mostrava* que era famiinto” (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:270, apud Martins 2000, p. 194)
- (36) *Nenb-uu poderá seer* emlegido a semelhante honra (Fernão Lopes, Crônica de D. João I. Freire, org 1997:373, apud Martins 2000, p. 194)

Estes fatos sugerem um caráter de núcleo funcional associado à polaridade sentencial para o operador de negação.

Para capturar a aparente duplicidade da negação (o comportamento clítico e não clítico), Namiuti (2008) argumenta que não há a necessidade de se postular duas entradas lexicais e dois mecanismos para licenciar a negação sentencial, uma negação lexical acima de IP e outra clítica, mais baixa, que se move para o verbo em movimento semelhante ao dos pronomes clíticos. Sua reflexão e proposta vai ao encontro à de Miotto (1992), trazendo evidências que corroboram a ideia do autor de a negação acima de IP poder dar conta dos dois tipos de comportamento.

4.1 Sobre o caráter clítico e não clítico de Neg

Miotto (1992) afirma que, do ponto de vista fonológico na sequência *não*-verbo, o *não* é átono e tem grau de tonicidade de uma sílaba pré-tônica. Então, deste ponto de vista, *não* poderia ser considerado um clítico. Além disso, a interação de *não* com os clíticos pronominais reforça a ideia de que ele é um clítico. Desta interação retira outro argumento que corrobora essa hipótese: “o clítico pronominal pode subir agregando-se a um verbo superior do qual ele não representa um papel temático, mas é impedido de fazê-lo se o *não* estiver presente.” (Miotto 1992, p. 101)

(37) ?*Maria te pode ajudar.*

(38) **Maria te pode não ajudar.*

O autor atribui a impossibilidade da subida do clítico ao fato de o *não* e o clítico pronominal compartilharem traços de clítico, pois não bastaria compartilharem traços de núcleo para que *não* bloqueasse a subida do clítico pronominal. Atribuindo ao *não* qualidades de clítico, é possível capturar sua capacidade de barrar a subida.

Do ponto de vista sintático, o caráter de clítico pode ser sustentado a partir de sua incorporação ao verbo. A análise traz a restrição que opera sobre o processo de incorporação de núcleos, que considera que um núcleo só pode se mover para uma posição nuclear lexicalmente preenchida quando pelo menos um dos envolvidos é afixo (como Infl) ou clítico.

Vimos que na análise de Miotto (1992, p. 109) NegP é gerado acima do IP e que o “movimento do complexo [V+I] para Neg° decorre das qualidades de clítico e posiciona o complexo à direita de *não*, a posição canônica dos elementos que dão suporte ao clítico no PB”.

Além da contraparte clítica do não, Miotto (1992, p. 103) julga necessário manter uma entrada lexical não-clítica para Neg° para explicar certas construções como um IP elidido na sentença coordenada e os casos em que não vale como uma resposta negativa (inteira/completa).

(39) O João agrediu o Pedro mas ***Paulo não*** [_{IP} e].

(40) – O João agrediu o Pedro?

– *Não*.

No caso da resposta em (40), o *não* instancia uma negação sentencial por dois motivos: (i) a resposta poderia ser: *Não agrediu*; (ii) para responder afirmativamente no PB (também no PE) poderia ser: *agrediu*. Desta forma, o autor argumenta que a negação sentencial em português se estrutura com um núcleo que subcategoriza IP, capaz de incorporar núcleos verbais inferiores e licenciar o apagamento do IP.

Note que na proposta de Miotto, tanto a negação clítica quanto a negação não clítica estão no núcleo funcional Neg° localizado acima de IP. A duplicidade da natureza de *não* se escora no fato de a negação poder se comportar tanto como um clítico, mediante a incorporação em Neg° de núcleos verbais, quanto como um elemento que não é clítico, mediante a elipse do conjunto por ele dominado.

Namiuti (2008) traz argumentos que corroboram a ideia de uma só posição para a negação, esta acima de IP, mas questiona a duplicidade de sua natureza defendendo uma hipótese que propõe a unicidade do operador de negação sentencial em português. A autora defende que tanto o comportamento de clítico quanto o de não-clítico pode ser derivado de um só item negativo. Considerando outras categorias funcionais, o comportamento de *não* é semelhante ao comportamento de um determinante (D°). Ambos apresentam derivações aparentemente ambíguas: ora demonstram uma dependência fonética do resto do sintagma que encabeçam; ora podem ser o único material que resta do apagamento do complemento, como na elipse do IP, exemplo aqui repetido em (41), e como na elipse do NP *lugar* em (42):

(41) O João agrediu o Pedro mas ***Paulo não*** [_{IP} e]. (Miotto 1992, p. 103)

(42) O sujeito pré-verbal do português médio ocupava um lugar equivalente ao $_{NP[N] e}$ dos demais constituintes fronteados.

É importante notar que a presença do *não* em (41) e do artigo em (42) é essencial para licenciar as elipses. Namiuti ressalva ainda que parece crucial a presença do acento tonal nestes casos. Nos casos de eclipse de IP ou NP, a negação e o determinante, apesar de serem núcleos funcionais na sintaxe, passam a ser a cabeça lexical do sintagma fonológico. A negação, assim como o determinante, recebe o acento principal do sintagma fonológico que tem seu núcleo lexical (o verbo, ou o nome) elidido. Dado que o núcleo lexical não é mais foneticamente realizado dentro do sintagma fonológico, há uma reinterpretação na atribuição do acento pela fonologia e o núcleo funcional recebe o acento do núcleo lexical apagado.¹⁷

Um fato que corrobora a hipótese da obrigatoriedade do acento nas construções de eclipse no PB é que nestes casos a forma foneticamente reduzida *num* é agramatical:

(43) *O João agrediu o Pedro *mas* Paulo *num*. (Namiuti, 2008, p. 182)

Sendo assim, tanto a negação quanto o determinante não podem ser prosódicamente deficientes nos casos de eclipse, pois eles carregam o acento principal do sintagma fonológico.

Temos indícios deste funcionamento sintático/prosódico em textos históricos. Cyrino (1997) observa uma regularidade na acentuação proposta por João de Barros¹⁸. Ao analisar o sintagma nominal, a autora chama a atenção para o fato de João de Barros acentuar os artigos (determinantes) nos sintagmas onde há eclipse nominal. Nos casos em que o artigo é seguido do sintagma nominal completo o determinante não é acentuado:

17 Namiuti (2008, p. 181) ressalta que a negação, ao contrário do determinante, é uma palavra funcional que corresponde a uma palavra prosódica, no sentido de portar um acento independente. A respeito dos determinantes, preposições e pronomes clíticos Vigário (1999, p. 257) diz que “none of these Fncs (functional words) can be an element of a Phonological Phrase (f) by a change in the unmarked stress pattern of f, a possibility that is available at least for some stressed items such as the marker of sentence negation *não*”. De acordo com Vigário (1999, pp. 282-287) também os complementadores podem portar um acento (de ênfase, por exemplo) e assim formar uma palavra prosódica independente.

18 “Diálogo da Viciosa Vergonha” (DVV), “Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem” (DLNL) e “Gramática da Língua Portuguesa” (GLP).

(44) Filho – Sam *os cadernos da gramática da língua portuguesa ...*(DVV) (Namiuti, 2008, p. 204)

(45) Esses sam *ôs que peço* (DVV) (NP elidido: cadernos) (Namiuti, 2008, p. 204)

Assim, tanto o *não* quanto os determinantes podem ter um comportamento aparentemente ambíguo, pois ora se comportam como clítico, ora como não clítico.

Entretanto, a questão da ambiguidade da negação, vista na literatura linguística, só faz sentido porque tomamos como parâmetro para clítico o processo de cliticização pronominal¹⁹. Porém, apesar de a negação, como o determinante, apresentar um comportamento semelhante ao dos pronomes clíticos (ser morfo-fonologicamente dependente de certas palavras), apresenta uma função de natureza diferente daquela reservada aos pronomes (argumentos do verbo). O marcador de negação é responsável por uma operação de modificação: *não*, ao instanciar a negação sentencial, inverte o valor de verdade da sentença. Já o determinante é responsável pela definitude/determinação dos sintagmas nominais.

De acordo com hipóteses como a de Lobeck (1995), entre outros, as construções de elipse são licenciadas por uma categoria funcional. Portanto, a capacidade da negação licenciar um IP nulo e receber o acento do material elidido nos leva a reforçar a ideia de que esta é uma categoria funcional.

4.2 A relação dos pronomes clíticos e negação na diacronia do português

Vários trabalhos demonstram que a interpolação da negação entre o clítico e o verbo no PA era preferida à ordem da próclise na qual o clítico está linearmente adjacente ao verbo em ambientes de próclise categórica (eg. Martins, 1994).

¹⁹ O problema está na concepção do que é um clítico e quais os processos fonológicos que envolvem os clíticos. Uma definição bastante assumida para os clíticos é a de Spencer (1991). Para ele os clíticos são elementos com certas propriedades de palavras plenas mas sem acento próprio, dependentes de acentos de outras palavras, comportando-se deste modo como afixos. No entanto, ele ressalva que os processos fonológicos que envolvem os clíticos não são os mesmos que os dos afixos: Enquanto os afixos se aglutinam a palavras específicas os clíticos se apoiam em qualquer palavra de acento forte, apesar de haver também clíticos que se comportam mais como afixos, se afixando a palavras específicas. Além disso, os afixos verdadeiros selecionam as bases com as quais vão se juntar: veja o caso dos prefixos /in-/ , que é um prefixo exclusivo de adjetivos, mas que não se afixa a qualquer um (*inamarelo); e veja o caso de /des-/ , que é prefixo de verbo, mas que não se afixa a qualquer um (*desnadar). Esses casos são discutidos por Figueiredo Silva e Miotto (2009). Ver também o fato de a negação ser ativa para a sintaxe, mas os prefixos não, discutido acima.

Diferentemente da interpolação de outros constituintes, a interpolação do *não* entre o clítico e o verbo pode ocorrer em contextos não-categoricos da próclise, em orações raízes finitas introduzidas por sujeito, sintagmas preposicionais, oração anteposta e conjunção coordenativa.

(46) E, pelo El Rei Dom João o III querer casar, e êle não querer, *lhe não deram* satisfação de seus serviços ... (CTB: Couto-1548) (Namiuti, 2008, p. 49)

(47) Ele *me disse* que pasmava como lhe abastava o que tinha (CTB: Sousa, 1554) (Namiuti, 2008, p. 62)

A interpolação da negação ocorre nestes ambientes exatamente no mesmo período em que a interpolação de outros constituintes se torna obsoleta e em que a próclise predomina também nas orações raízes afirmativas: segunda metade do século XV, séculos XVI e XVII. (cf. Namiuti, 2008).

O gráfico 1 abaixo reúne as frequências dos fenômenos da ênclise e da interpolação em três corpora, considerando as datas de produção dos textos. As três sequências representadas no gráfico são frequências: 1) da interpolação generalizada; 2) da adjacência *vs.* não-adjacência entre o complementizador e o clítico nas sentenças com interpolação da negação (C-cl-X-negV *vs.* C-X-clnegV); e ainda, 3) da ênclise sobre próclise nas orações matrizes.

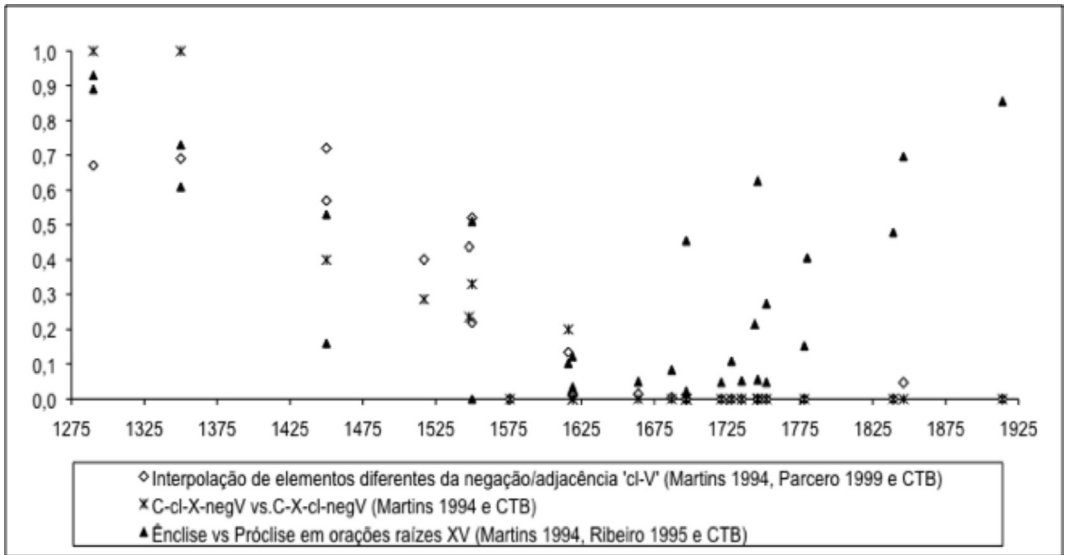


Gráfico 1

(fonte: Namiuti, 2008, p. 52)

Os dados apresentados no gráfico sugerem que a ênclise dá lugar à próclise nas orações raízes e a sequência C-cl-X-negV dá lugar a C-X-cl-negV nas orações encaixadas exatamente na mesma época. Nos textos produzidos no final do século XVIII a ênclise volta a ser bastante atestada, porém sem correlação com o fenômeno da interpolação de elementos diferentes da negação, pois este desaparece por completo muito antes, fato que corrobora a hipótese de Galves (1996, 1997, 2001, 2004) de que os dados de ênclise desta fase representam a emergência de uma nova gramática para o português – seria o nascimento do português europeu moderno. Tal resultado mostra-se relevante para entendermos e localizarmos as gramáticas e sua evolução no tempo.

Considerando as propriedades do operador de negação sentencial *não*, apresentadas nas seções anteriores, propomos, seguindo Namiuti (2008), que a alternância nos padrões de ordenação na linha do tempo, vista no gráfico acima, pode ser explicada pela natureza do *não* e de sua propriedade de clítico, presentes desde o PA, em confronto com a natureza clítica dos pronomes acusativos, dativos e *se* e suas possibilidades de alçamento para outros núcleos funcionais na diacronia do Português. De acordo com a autora, a variação e as mudanças na ordenação dos pronomes clíticos, mesmo nos domínios negativos, estão relacionadas com as propriedades dos núcleos funcionais que dominam IP e a

natureza dos constituintes pré-verbais, bem como, a possibilidade de alçamento do pronome clítico para os núcleos funcionais mais altos da sentença. Segundo Namiuti, a gramática do português antigo teria um pronome clítico capaz de se hospedar no núcleo mais alto da estrutura frasal (C°). A estrutura com interpolação, mantendo o complementizador e o clítico adjacentes, nas orações encaixadas, como em (48), e a ênclise ao verbo nas orações raízes, como em (49), estariam relacionadas com a obrigatoriedade da inversão prosódica do clítico em relação ao item lexical presente em C° .

(48) isto *que lbes eu mando...*” (NO, 1295, apud Martins 1994)

(49) E eu outrossi semelhaulmente *obligome* ... (Lx: 1291; Martins, 1994)

Entretanto, a subida do clítico para C° nas orações dependentes e do verbo para este núcleo nas orações raízes não parece ser obrigatória, podendo o clítico ou o verbo manterem-se num núcleo mais baixo derivando a próclise com adjacência ao verbo, como em (50). Pode ainda haver casos com interpolação sem que o clítico esteja adjacente ao complementizador, como em (51)²⁰.

(50) e outrossj *lhj fica* huu- herdame-to (Lx, 1311; Martins 1994),

(51) e que sempre *a os mosteyros de Anssedj e de Arnoya usarô e possoyrã* (NO, 1285; Martins 1994).

Já a gramática intermediária se caracterizaria pela perda da propriedade de subida do clítico e do verbo a C° (o pronome clítico não sobe além de Σ nesta fase), perdendo-se assim a possibilidade de interpolar elementos diferentes do *não*. Assume-se que o preenchimento do Spec de ΣP é incompatível com a ênclise sendo a próclise a ordem das orações raízes *XP-Verbo*, abrindo espaço para a possibilidade da interpolação da negação neste contexto. A ênclise só seria, portanto, licenciada em sentenças estruturalmente VI, como propõem Galves Britto e Paixão de Sousa (2005). Estes fatos caracterizariam a gramática do período designado clássico pela tradição filológica, ou seja, o PC.

De acordo com Galves (1996, 2001), Galves et al. (1997b), entre outros trabalhos, o distanciamento entre as duas modalidades atuais de português (PE e PB) começou a ocorrer a partir do PC. Para Galves, o PC seria o ancestral comum do PE e do PB.

²⁰ Para esta estrutura ser derivada nas orações dependentes o verbo deve se manter em I° .

Quanto à mudança para o português europeu moderno, esta teria lugar na reanálise da posição do verbo e dos constituintes pré-verbais. O verbo em PE não se moveria para além de I°, domínio que hospedaria também o clítico. Spec de ΣP ficaria restrito a constituintes afetivos e o sujeito pré-verbal ocuparia Spec de IP, conforme têm apontado as pesquisas atuais sobre a sintaxe do PE (cf. Costa e Duarte, 2002, entre outros).

Os dados relativos à sintaxe da negação corroboram esta hipótese. Vimos que apesar do fenômeno da interpolação entre o clítico e o verbo, comum no PA, ocorrer nos domínios de próclise categórica, o *não* exibe um comportamento bastante diferente dos demais advérbios que desencadeiam a próclise obrigatória (*já, também, ainda, nunca*) no sentido de sempre ter estado contíguo ao verbo. Ou seja, apesar de sempre ter sido um elemento proclisador, o *não* jamais foi capaz de desencadear a interpolação de um constituinte entre o clítico e o verbo como os demais advérbios proclisadores (a ordem neg-cl-X-V nunca ocorre). Argumentamos que estes fatos derivam da natureza de núcleo funcional do operador de negação ‘não’ e sua propriedade de clítico, estável desde o PA, face à natureza clítica dos pronomes acusativos dativos e SE e suas possibilidades de alçamento para outros núcleos funcionais na diacronia do Português. A variação e as mudanças na ordenação dos pronomes clíticos, mesmo nos domínios negativos, estão relacionadas com as propriedades dos núcleos funcionais que dominam IP e a natureza dos constituintes pré-verbais, bem como a possibilidade de alçamento do pronome clítico para os núcleos funcionais mais altos da sentença.

Quanto ao Português Brasileiro²¹, não há trabalhos que apontam a existência de interpolação, nem mesmo da negação, em textos brasileiros do século XVIII XIX e XX. Os estudos, ao mesmo tempo em que apontam para um empobrecimento do sistema de clíticos, apontam para uma generalização da próclise ao verbo principal, mesmo em primeira posição absoluta.

(52) *Me entregue o livro amanhã.*

Mencionamos, nas seções anteriores, o fato de, nas variantes atuais do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), o *não* que nega a sentença continuar a ocorrer adjacente ao verbo, podendo esta adjacência ser interrompida somente por clíticos pronominais. Vimos, também, que há diferenças entre PE e PB no que diz respeito à relação com os clíticos pronominais percebida

21 Remetemos aos seguintes trabalhos sobre sintaxe histórica do Português Brasileiro: Roberts e Kato (1993), Galves (2001), Mattos e Silva (2001, 2005), entre outros.

claramente em construções com predicado complexo: em construções com verbo auxiliar+verbo lexical não há alçamento do clítico para o verbo auxiliar em PB²², sendo esta a construção preferida no PE, como vemos em (53).

(53) Ela *não me está respeitando*. (PE)

No PB, a próclise ao verbo auxiliar não é desencadeada nem mesmo se está presente o *não*.

(54) Ela *não está me respeitando*. (PB).

Os fatos observados no PB atual, que o fazem se distanciar consideravelmente do PE, são: empobrecimento no sistema de clíticos, a próclise generalizada e o estacionamento do clítico entre o verbo auxiliar e o verbo principal.

A ausência da interpolação do *não* entre o clítico e o verbo no PB pode ser entendida a partir da perda da capacidade de o clítico se relacionar com as categorias funcionais mais altas da sentença: por um lado, presumivelmente nunca se relacionou com C e, só acidentalmente, se relaciona como I, como quando a sentença tem apenas um verbo; por outro lado, o clítico gravita em próclise ao verbo lexical sem mirar I, a não ser que não exista outra alternativa.

Desta maneira, reafirmamos que uma explicação que parece plausível é que o clítico em PB está mais associado ao verbo lexical e não a I, como parece ser o caso do PE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos ora orientados pela professora *Charlotte Galves* demonstraram que, se olharmos atentamente para as sentenças negativas, poderemos notar valiosas pistas sobre *as gramáticas do português*, que subjazem aos textos históricos ou que estão na mente dos falantes portugueses e brasileiros de hoje.

Neste artigo, revisitamos algumas questões sobre a sintaxe histórica do português com o intuito de mostrar que, nessa língua, desde sua origem, o operador de negação – *não* – é a instanciação do núcleo de uma categoria funcional forte associada à polaridade da sentença. Tal categoria, denominada por NEGP em Miotto (1992) e por ΣP em Namiuti (2008), domina os núcleos da flexão verbal, uma vez que pode desencadear estruturas de despojamento (eclipse de IP),

22 O único clítico que não podia estacionar entre o verbo auxiliar e o verbo lexical era o clítico *o*, justamente o que se tornou arcaico em PB.

fenômeno que, de acordo com Lobeck (1995), só pode ser licenciado por uma categoria funcional forte. Por esta e por outras razões, concluímos que o operador de negação sentencial – *não* – possui natureza diversa dos outros advérbios, mesmo dos negativos.

Destacamos, ainda, que, diferentemente dos demais itens adverbiais, nada, a *não* ser um pronome clítico, pode interromper a adjacência entre o operador de negação – *não* – e o verbo. Tal característica do operador de negação sentencial, em português, é bastante antiga, remonta ao português antigo e perdura nas variantes atuais do português na Europa e na América.

Para explicar as diferenças sintáticas percebidas na relação entre a negação e o pronome clítico no tempo e no espaço da língua, discorreremos sobre a natureza clítica da negação e o estatuto do pronome na história da língua, destacando a variação na sua colocação em relação ao verbo.

Propusemos, seguindo na argumentação, que as diferenças percebidas na ordem relativa entre o “*não*” e os pronomes dativos, acusativos e “*se*” no percurso do tempo, estão relacionadas à natureza da posição pré-verbal e às diferentes possibilidades de alçamento do pronome clítico na história do português.

Por fim, consideramos que as diferenças entre PE e PB atuais podem estar associadas a um pronome que se cliticiza ao verbo lexical, em PB, versus um pronome que se cliticiza a um núcleo funcional associado à flexão verbal em PE.

REFERÊNCIAS

Belletti A. Generalized verb movement: Aspects of verb syntax. Turin: Rosenberg and Sellier; 1990.

Brito AM, Duarte I, Matos G. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: Mateus MHM, organizadora. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho; 2003. p. 795-868.

Cardinaletti A, Starke M. The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns. In: Henk Van Riemsdijk, editor. Clitics in the languages of Europe. Berlin: Mouton; 1999. p. 145-233

Chomsky N. Syntactic Structures. Mouton: The Hague; 1957.

Chomsky N. Some notes on economy of derivation and representation. In: Freidin, Robert, editor. Principles and parameters in comparative grammar. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press; 1989.

Costa J; Duarte I. Preverbal subjects in null subjects languages are not necessarily dislocated. *Journal of Portuguese Linguistic*. 2002;1:159-175.

Cyrino S. A acentuação gráfica em João de Barros e elementos nulos no SN. *Estudos Linguísticos e Literários*. 1997;19:189-196.

Figueiredo Silva MC, Miotto C. Considerações sobre a prefixação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (REVEL)*. 2009;7:1-12.

Galves C. Clitic in European Portuguese. Evidence for a non-homogeneous theory of clitics. *Atas do workshop sobre o Português*. Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa, Portugal; 1992.

Galves C. Colocação de clíticos e mudança gramatical no português europeu. *Comunicação no 12º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga, Portugal; 1996.

Galves C. Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística [projeto de pesquisa]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 1998.

Galves C. *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas: Editora. Unicamp; 2001.

Galves C. Syntax and Style: clitic-placement in Padre Antonio Vieira. *Santa Barbara Portuguese Studies*. 2002;6: 387-403.

Galves C. Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística, fase II [projeto de pesquisa]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2004.

Galves C, Britto H, Paixão de Sousa MC. Clitic placement in European Portuguese: Results from the Tycho Brahe corpus. *Journal of Portuguese Linguistics* 4. Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond. 2005;4: 39-67.

Galves C, Paixão de Sousa MC. Clitic placement and the position of subjects in the history of European Portuguese. Geerts T, Ginneken I Van, Jacobs H, organizadores. *Languages and linguistic theory, selected papers from 'Going Romance' 2003*. Nijmegen: John Benjamins; 2005. p. 93-107.

Galves C, Paixão de Sousa MC, Namiuti C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. *Endruschat A, Kemmler R,*

- Schafer-PrieB B, organizadores. Grammatical structures of European Portuguese. Turbigen: Calpinus Verlag; 2006. p. 45-75.
- Hankamer J, Sag I. Deep and surface anaphora. *Linguistic Inquiry*. 1976;7:391-428.
- Iatridou S. About Agr(P). *Linguistic Inquiry*. 1990;21:551-577.
- Kaine R. Romance clitics, verb movement and PRO. *Linguistic Inquiry*. 1991;22:647-686.
- Kanthack G. Clíticos no português brasileiro [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2002.
- Laka MI. Negation in syntax: on the nature of functional categories and projections [dissertação]. Cambridge/Massachusetts: MIT; 1990.
- Lobeck A. Ellipsis. Functional heads, licensing and identification. Oxford: Oxford University Press; 1995.
- Magro C. Clíticos: variações sobre o tema [tese]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 2007.
- Martins AM. Clíticos na história do português [tese]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 1994.
- Martins AM. Mudança sintática clíticos, negação e um pouquinho de scrambling. *Estudos Linguísticos e Literários*. 1997;19: 129-162.
- Martins AM. Polarity items in romance: underspecification and lexical change. In: Susan P, Tsoulas G, Warnes A, organizadores. *Diachronic syntax: models and mechanisms*. Oxford: Oxford University Press; 2000.
- Martins AM. Deficient pronouns and linguistic changes in Portuguese and Spanish. In: Schrotten J, editor. *Romance language and linguistic theory: selected papers from 'Going Romance' 2001*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 2003.
- Matos G. A distribuição de despojamento. In: Duarte I, Leiria I, organizadores. *Congresso Internacional sobre o Português v. III*. Lisboa: Edições Colibri; 1994. p. 249-260.
- Mattos e Silva RV, organizador. *Para a história do Português Brasileiro: primeiros estudos v. II, tomos I e II*. São Paulo: Universidade de S. Paulo; 2001.

Mattos e Silva RV. O português são dois – novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial; 2005.

Mioto C. Negação sentencial no Português Brasileiro e teoria da gramática [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 1992.

Muidine SA. Os pronomes *i* e *en(de)* no português dos séculos XIII ao XVI [dissertação]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 2000.

Namiuti C. Interpolação, colocação de clíticos e mudança gramatical na história do português europeu [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2008.

Ouhalla J. Sentential negation, relativized minimality, and the aspectual status of auxiliaries. *The Linguistic Review*. 1990;7:183-231.

Paixão de Sousa MC. Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600 [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2004.

Pollock JY. Verb Movement, UG and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*. 1989;20:365-424.

Ribeiro I. A sintaxe da ordem do português arcaico: o efeito V2 [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 1995.

Rizzi L, Roberts I. Complex inversion in French. *Probus*. 1989;1:1-30.

Roberts I; Kato M, organizadores. Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora Unicamp; 1993.

Spencer A. Morphological theory. Oxford & Cambridge, MA: Blackwell press; 1991.

Torres Moraes MA. Do português clássico ao português moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 1995.

Vigário M. On the prosodic status of stressless function words in European Portuguese. Hall TA, Kleinhenz U, editores. *Current issues in linguistic theory: studies on the phonological word*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company; 1999. p. 255-295.

Zanuttini R. Syntatic properties of sentential negation. A comparative study of romance languages [tese]. Pennsylvania:University of Pennsylvania; 1991.